

EDUCADOS NO TRABALHO PARA O TRABALHO": TRAJETÓRIA DOS ALUNOS DO INSTITUTO PARAENSE DE EDUCANDOS ARTÍFICES (1872-1912)

Raíssa Cristina Ferreira Costa
Mestranda-PPGHIST/UFPA
(raissa_his11@hotmail.com)

“De orphãos desvalidos que eramos, sem proteção nem amparo, sem meios de subsistência, sem recurso algum para nos educarmo-nos, tendo por dote as vestes e todos os vícios da preguiça, vendo diante de nós e de nossas pobres famílias a imagem triste da miséria, nos tornaremos fortes, entrando na sociedade cheios de vida, de recursos e de esperanças... Essas penumbras que nos desenhavão a carranca da miséria, se desvanecerão como por encanto deixando-nos antever o mais brilhante futuro: **educados no trabalho e para o trabalho**, saberemos vencer todas as dificuldades da vida, repelindo as sedutoras caricias do ócio... (...) Instruidos nos preceitos da sã moral e da religião, amantes das nossas famílias, saberemos ser tão bons cidadãos, como bons filhos: amigos da pátria e do governo (...)”¹[Grifo meu]

Este trecho faz parte de uma fala proferida por ocasião da cerimônia de premiação e exposição de trabalhos dos educandos, realizada anualmente no Instituto Paraense de Educandos Artífices (IPEA), um dia após as comemorações do nascimento de Cristo. Tendo início às cinco e meia da tarde no salão da instituição, contava com a presença de várias pessoas de prestígio da capital, como o comandante das armas, o inspetor do arsenal de marinha, o da tesouraria, assim como o presidente da província e seu secretário, dentre outros. O responsável por estas palavras era Narciso Ferreira Borges, um aluno designado a ser o intérprete dos pensamentos de seus companheiros para tão ilustre plateia.

Desde a primeira vez que tive contato com esta fonte, em meio a pesquisa monográfica a respeito da educação profissionalizante na segunda metade do século XIX, seu conteúdo desperta diversas questões relacionadas a sua natureza, ocasião para qual foi produzida, mas principalmente sobre quem assina seu conteúdo.

As abordagens utilizadas para discutir a instrução pública, os projetos civilizadores que estão presentes nos seus objetivos e sua relação com a construção do trabalho livre no

¹ Jornal Diário de Belém órgão especial do commercio. Anno VI, N°292, 27/12/1873. Escriptório e Typ “Comercio do Pará”, Belém/PA

fim do Império, partindo quase sempre da perspectiva do discurso das elites intelectuais e dos administradores da instrução, pouco consegue nos ajudar a pensar a mentalidade popular a respeito do ensino dos ofícios associado a instrução primária. Alguma vantagem era observada por esses populares nesta modalidade de ensino na capital da província? A ideia de que esta formação poderia tirar meninos da pobreza também lhes pertencia? Poucos são os indicativos que ajudam a pensar essas questões, esforços que me proponho a executar no primeiro capítulo desta dissertação, aqui me interessa apontar que a partir destes questionamentos, os caminhos da pesquisa levaram-me enxergar os sujeitos que efetivamente viveram a experiência do ensino artístico no IPEA, até então meu objeto de pesquisa principal.

Esta fala concorda com muito do discurso das elites intelectuais conservadoras, quanto liberais, em especial abolicionistas, defendiam a ideia de que a educação era o caminho mais adequado para a melhoria do quadro social, bem representada na fala de Domingos José da Cunha Junior, presidente da província em 1873:

“oferecer a classe menos favorecida da fortuna não só uma bem entendida educação, robustecida nos hábitos do trabalho e nos vigorosos princípios da san moral, mas também uma instrução profissional de que tanto carece o artista para dar as suas obras o cunho da segurança e da perfeição ao lado da necessária economia no trabalho pelo emprego inteligente das forças que dispõe.”²

baseado nestes preceitos foi criado o projeto do IPEA voltado, principalmente, para "Os menores filhos da população pobre e principalmente da "população de cor" [que] tornaram-se objeto de discussão nos jornais, nas câmaras provinciais, nos gabinetes de presidente de província e nos tribunais" (LOBO, 2015), o direcionamento e no discurso base desse projeto deixa evidente a influência do conceito de "classes perigosas"(CHALOUB, 1996) para o direcionamento das medidas que se pretendiam tomar, já que associa suas condições socioeconômicas com uma suposta inclinação para vícios e criminalidade, isso transparece nas metas de formação de cidadãos com amor ao trabalho, relegando aos menores atendidos por esta modalidade de ensino, uma formação voltada para trabalhos técnicos manuais,

² Pará, Governo da Província do. Relatório aberto a 2ª sessão da 18ª legislatura da Assembleia Provincial em 1 de julho de 1873, pelo presidente da província Sr. Dr. Domingos José da Cunha Junior. Typ. Do Diário do Gram-Pará

tradicionalmente inferiorizados, para os quais precisava-se minimamente ler e fazer operações matemáticas básicas.

Mas, a despeito de todas essas previsões argumentativas que defendiam o investimento no ensino artístico, o que aconteceu com esses menores desvalidos após seu desligamento do instituto? Que impactos esta formação teve sobre suas vidas? Teriam saído das “garras da miséria” e se tornado “bons cidadãos”, “amigos da pátria”, como sugeriu Narciso? Partindo desta problemática, minha proposta para esta pesquisa é acompanhar um grupo de alunos egressos do IPEA, escolhendo para esta amostra os primeiros ingressantes na instituição, pois nestas turmas não eram aceitos os alunos pensionistas – que possuíam condições de pagar anuidade – e alguns os quais tive condições de verificar seus status de desvalidos.

É válido observar que o conteúdo deste artigo faz parte da dissertação ainda em andamento, sendo assim, as análises e resultados são preliminares e ainda podem sofrer alterações até a defesa. Sendo assim, o objetivo deste texto é analisar um pouco da prática de cidadania destes indivíduos do grupo arrolado. Para tentar dar conta desta tarefa, a natureza diversa das informações encontradas nos jornais do Pará foram de grande valia, dando a possibilidade de criação de um banco de dados com elementos essenciais para traçar o perfil do grupo (nome; arte de formação; idade estimada; cor; votante; endereço; atua como artista; etc), infelizmente não sendo possível encontrar todas estas informações para todos os egressos do grupo. Então, dos 57 indivíduos do grupo total de arrolados, entre alunos da primeira (1872), segunda (1873) e os desvalidos da terceira (1874), somente obtive informações mais complexas de 52,7% dos alunos, ou seja, o trabalho conta com uma amostra de 30 indivíduos.

Estas são histórias de pessoas comuns da cidade de Belém que partilharam em um ponto determinante de suas trajetórias uma mesma experiência de formação, cercada por várias expectativas econômicas e políticas, assim como pela esperança em uma melhora da condição social.

CIDADANIA: A ATUAÇÃO POLÍTICA.

O jornal do Pará no dia 27 de abril de 1898 trazia em sua terceira página, quase que duas colunas e meia de instruções para o alistamento eleitoral, indicando os elementos que seriam precisos para ter seu alistamento deferido, acompanhando de alguns modelos de requerimentos e petições para inclusão no alistamento, exclusão de outro indivíduo, mudança de residência, dentre outros. Os quesitos elencados no artigo incluíam provar “a) que sabe ler e escrever; b) que tem 21 anos completos, pelo menos, ou que os complete na data de organização.”³, e que deveriam constar no requerimento de alistamento o nome completo, a idade, o estado [civil], filiação, profissão, residência, rua, casa e número. Este foi o motivo de os alistamentos eleitorais terem sido uma das fontes principais desta pesquisa, pela quantidade de informações de mesma natureza para vários indivíduos.

Contudo, não se pode deixar de considerar o porquê de 53% dos alunos das primeiras turmas de desvalidos do Instituto Paraense de Educandos Artífices terem escolhido se alistar, o porquê de alguns terem tido seus pedidos indeferidos, e ainda mais questionar o percentual de 40 a 41% que nem se alistaram. Ao tentar entender estas indagações, deve-se considerar o contexto da Jovem República brasileira.

Lilia Moritz Schwarcz (2012) afirma que a República surgiu comprometendo-se com um ideal de modernidade, o qual se impunha de forma obrigatória e incontornável, que carregava um estandarte de promessas de igualdade e cidadania aos cidadãos de direito. Contudo, os rumos da nova organização política brasileira acabaram por combinar o conceito da jovem modernidade, representada pelos melhoramentos urbanos, com a velha tradição, arreigada de práticas e mentalidades escravocratas que insistiam em dividir o espaço urbano de acordo com sua hierarquia racial.

Este foi um dos motivos, segundo a historiadora, que levaram o período a ficar conhecido como República Velha, já que a promessa de inclusão social acabou resultando no que chama de absoluta exclusão, baseada em critérios raciais incitados pelo racismo científico que estigmatizou características da população negra e mestiça como definidores de loucura e criminalidade, validados por argumentos e teorias biológicas, de certa forma

³ O Pará, Ano I. 27/04/1898, nº121, pág.3.

naturalizavam o processo de escravidão e culpa esta dita inferioridade biológica como razão da quase totalidade da parcela de cor da população se encontrar em condições de pobreza e exclusão social.

Ainda sobre este tema e o termo República Velha, Schwarcz (2012, p. 25) afirma:

Razões de cunho político e sociais existiram, e talvez seja pro isso que a alcunha e enraizou. Afinal, esse foi um contexto que as práticas coletivas de higienização e de aplicação do determinismo racial levaram a políticas de exclusivismo e de isolamento social, largamente denunciadas pelos testemunhos de época. Finda a escravidão, novas modalidades de hierarquia se estabeleceram, sendo a raça e a biologia bussolas a orientar a “nova civilização.”

Estas concepções excludentes não deixaram de ter correspondência nos processos eleitorais, podemos começar a pensar nas condições para votantes presentes na lista apresentada pelo jornal O Pará.

O decreto de 1889, em relação aos direitos políticos, determinou que seriam eleitores qualificados todos os cidadãos brasileiros no gozo de seus direitos civis e políticos, sendo esta condição validada e mantida pela constituição de 1891. Percebe-se que em relação aos direitos políticos determinados pelo Império, o governo republicano apenas retira a necessidade de comprovação de renda.

Segundo Hebe Mattos (2012), as concepções de cidadania vitoriosas nos debates da constituinte, seguiam os mesmos preceitos da reforma eleitoral de 1881 que reforçou a eliminação de um grande camada da população quando elevou o valor da renda mínima exigida para votantes, fazendo cair para 1% o número de indivíduos da população os com direitos políticos ativos. A sintonia entre os rumos da reforma e da constituinte se dão pela permanência de um percentual baixo de eleitores ativos no Brasil, já que, mesmo eliminando a renda mínima, ao manter o requisito de saber ler e escrever o governo republicano elevou este percentual apenas para 2% da população total, jamais ultrapassando 5% na vigência desta constituição.

Desta forma, mais uma vez foram excluídos do processo os pobres, as mulheres, os menores de idade, os praças da pré, ou seja, os grupos que compunham a maioria da

população. José Murilo de Carvalho, em seu livro *Os bestializados* (1987) comenta que os republicanos vitoriosos exigiam para o gozo do direito à cidadania política um predicado que só poderia ser alcançado de forma plena pelo direito civil a educação, que este mesmo grupo em um ato antidemocrático, tratou de excluir, alegando que em relação aos direitos civis, a constituição de 1891 representou retrocessos.

Refletindo sobre a realidade dos ex-educandos do IPEA, retomemos os percentuais apresentados no início deste tópico no quadro a seguir:

Tabela X – Percentual egressos por situação política

Condição Política	Percentual (%)
Votantes regulares	51,95
Sem sucesso no alistamento	7,5
Não se alistaram	40,55

Na tabela visualizamos de forma mais organizada os dados relativos ao perfil eleitoral dos sujeitos, percebe-se que o percentual de votantes representa a maior parcela do total, característica que não é de se estranhar baseado nas exigências de para o alistamento eleitoral, visto que teoricamente todos os educandos do IPEA receberam instrução das primeiras letras, logo todos saberiam minimamente ler e escrever razoavelmente.

Contudo, Schwarcz (2012) ainda ao comentar a respeito do racismo científico e seus efeitos sobre o cenário social da primeira República, chama atenção para um

processo de queda social experimentado, principalmente, por parcelas mestiçadas da população. A historiadora chama este processo de uma espécie de “Intimidação social”, diante do novo panorama pós-abolição.

Muitas famílias que é muito tinham vou se separado das amarras do cativo viram-se, motivos econômicos, sociais e morais, presas a um processo de rebaixamento. Indivíduos que receberam educação esmerada nos finais do século XIX, e que se distinguiram por sua erudição e especialização, viram suas pretensões ruírem que agora ganhava a cidadania e a condição ampla de “libertos”.

As colocações de Schwarcz levantam indagações diversas sobre as aparências iniciais que as documentações do alistamento causam, apesar de serem fontes riquíssimas e uteis para refletir sobre vários aspectos como fiz nos tópicos anteriores, as informações disponíveis na realidade não podem nos dizer nada no que tange a posição social desses homens. A retirada da exigência de renda poderia ter sido fator determinante para que muitos desses indivíduos, antes excluídos dos 1% de votantes regulares da província, adentrarem ao 2% somente pela sua instrução. O elemento profissão nos alistamentos não afirmam que aqueles indivíduos todos eram empregados naquelas categorias, salvo os que traziam precisamente o termo “empregado” seguido de outra categoria como comércio ou público, poderiam em alguma medida a categoria artista ter adentrado somente referente a formação daqueles sujeitos?

Não se pode afirmar garantia de mobilidade social nesse contexto, principalmente quando de um grupo de 30, apenas 5 tenham confirmação de suas melhoras nas condições de vida, trabalho e social. A mobilidade vivenciada por esses poucos educandos é individual, não social, não para todos os instruídos. Alguns até mesmo pegos no em circunstâncias atípicas e tendo seu pedido de alistamento indeferido por falta de comprovante de idade, ou sendo ainda pior, por não comprovação de renda aquela época eram a comprovação de ler e escrever. Outro fator que ajuda a problematizar as informações contidas no alistamento foram os casos dos ex presos votantes, cerca de 7,5% dos alunos foram presos em alguma altura de sua vida e destes todos conseguiram se alistar em 1898.

Da parte dos alunos alistados e com solicitação deferida, 18,6% estiveram diretamente ligados a organizações políticas como Club de Artistas Nacional Republicano, no Partido Republicano, Movimento do Movimento do Partido Democrático.⁴ É verdade que estes com certeza fazem parte de um grupo de exceção já que a maioria não consta como participantes de partidos, e as fontes não permitiram encontra-los como participantes de organizações de artificies no geral.

Deste grupo, sem dúvida, a história mais emblemática é de Augusto José Cardoso que foi aprendiz de alfaiate, considerado um bom alunos nos estudos das primeiras letras, Augusto estava longe de ser um dos alunos de grande destaque no estabelecimento como Narciso, não foi possível encontrar informação sobre sua certificação, contudo seu ingresso no instituto aponta para a saída em 1879 como a maioria dos alunos da turma de 1872. Todavia em 1883 consta no alistamento eleitoral da paróquia de Nazaré como artista, aos 19 anos.

O filho de Antônia Maria de Jesus, aproximasse do partido republicano no final da década de 1880, sendo membro do Club de Artistas Nacional Republicano e constando na lista de eleitores escolares, Augusto começa o ano de 1891 atuando na comissão fiscal do club, até que em outubro chega até mesmo a concorrer ao cargo de Vogal na eleição para Intendência e vogaes daquele ano, tendo o maior número de eleitores no seu distrito (Nazaré), mas acaba recebendo o menor número de votos no geral.

O segundo maior percentual deste quadro é o de não votantes, aqueles que nem aparecem nas notícias de alistamento, nem ao menos para serem recusados, Murilo de Carvalho comenta que sobre o tema que auto exclusão do processo eleitoral é uma tarefa bem mais complexa do entender a exclusão legal, e indica que sem dúvida um dos maiores motivadores dessa opção seriam as fraudes eleitorais que o governo republicano nada fez para tentar controlar.

⁴ O Democrata: Órgão do Partido Republicano Democrático.18/02/1890. n40. Pág.1.

A República: Órgão do Partido Republicano. 27/08/1890. Pág.3.

A República: Órgão do Partido Republicano. 12/03/1890. n°20. Pág. 1.

Estado do Pará. 10/06/1912.n°456. Pág. 1.

Segundo a Mattos, o voto aberto foi uma das medidas que viabilizaram em grande medida esta realidade, chamando de “fundamento das fraudes eleitorais”, a autora contrapõe o argumento de Vitor Nunes Leal sobre o pacto coronelista, baseado em um mandonismo local e um suposto controle pelos chefes políticos locais sobre o voto popular por empregos e verbas públicas do município; com o argumento de Murilo de Carvalho de que o controle do voto popular foi uma moeda de troca importante, pelo para as disputas entre coronéis mas não para definição das eleições, visto que, em suas palavras, a grande maioria da população não votava e os resultados eram decididos pela comissão de verificação dos poderes. As fraudes e o pacto coronelista seriam relativos as tentações políticas entre as elites locais, sendo o pacto uma organização dos processos de negociações entre facções políticas locais e as oligarquias estaduais.

Por fim, tem-se em sentido da prática política vários perfis comuns do período dentro desta amostra definida pelo seu passado em comum com a política de ensino profissionalizante do final do Império, esses indivíduos se encaixavam, em maior ou em menor classe a vários conceitos de cidadania trabalhados por Murilo de Carvalho em seu livro já citado, ao estudar as diversas expressões de vida política na cidade do Rio de Janeiro, até então capital do país (1987, p.64). As concepções de cidadania entre os membros do grupo objeto, aparentemente nem sempre tinham compatibilidade, e segundo este cenário o autor comenta:

Se a mudança do regime político despertava em vários setores da população a expectativa de expansão dos direitos políticos, de redefinição de seu papel na sociedade política, razões ideológicas e as próprias condições sociais do país fizeram com que as expectativas se orientassem em direções distintas e afinal se frustrassem.

com esta reflexão, permito concluir que, apesar da natureza da documentação deixada por esses sujeitos, quase sempre sendo somente uma referência a si feita por terceiros que pudessem elucidar seus posicionamentos, dado sua condição social; pensar na conjuntura a qual se encontravam nos permite acreditar que esses cidadãos de cor, empregados no

setor industrial⁵ ou de serviços, tiveram inseridos nesta pluralidade de concepções de cidadania e prática social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Andreson Carlos Elias. O Instituto paraense de educandos artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2011.

BARBOSA, Rui. “Pareceres”. In: Obras completas. Volume nove, Tomo I, 1882. Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1942.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BONATO, Massimo. A micro-história e a metodologia qualitativa de pesquisa. ANAIS DO III ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH -Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. IN: Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011. ISSN 1983-2859.

_____, Massimo. A Micro-história e o método da história de vida. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. revista brasileira de história da educação n° 10 jul./dez. 2005

BORGES, Angélica; TEIXEIRA, Giselle Baptista. Antonio de Almeida Oliveira, os ideais republicanos e a instrução: um projeto para ensino público no século XIX. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPEl, Pelotas, n. 17, p. 187-190, abr. 2005

BERRINI, Beatriz. Brasil e Portugal: A geração de 70. 1ª Ed. Porto: Editora Campo das Letras, 2003

BEZERRA NETO, José Maia. Por todos os meios legítimos e ilegais: As lutas contra a escravidão e os limites da Abolição (Brasil, Grão-Pará: 1850-1888). São Paulo, 2009. Tese de doutoramento

⁵ Considerando alguns trabalhos e fontes que consideram as artes de ofícios trabalhos do setor da indústria nascente do período.

_____, José Maia. Os colégios católicos na belle époque: Belém (1870/1912). Belém: UFPA/Departamento de História, 1991/1992. (Relatório de pesquisa)

_____, José Maia. O cotidiano mais do que perfeito: Instrução e sociabilidades meninas sob vigília no recolhimento das educandas (Belém – Grão-Pará-1840). HISTEDBR Online, Campinas, nº62, mai2015 – ISSN: 1676-2584

_____, José Maia. “As luzes da Instrução: o Asylo de Santo Antônio em Belém do Pará (1870/1912)”. In: ACEVEDO MARIM, Rosa Elizabeth. A escrita da História Paraense. Belém,. NAEA, 1998.

_____, José Maia. Os Males da nossa origem: O passado colonial através de José Veríssimo. In: BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar.(org.). Terra Matura: Historiografia e História Social na Amazônia. Belém: Patka-Tatu, 2002

_____, José Maia. José Veríssimo: Pensamento Social e Etnografia da Amazonia (1877/1915). ISSN: 0011-5258 (hppt://dx.doi.org/10.1590/S001152581999000300006)

_____, José Maia. Mercado, conflito e controle social. Aspectos da escravidão urbana em Belém (1860-1888). História & Perspectivas, Urbelândia(41): 267-298,

jul.dez.2009

_____, José Maia. O Recolhimento Das Educandas: uma breve notícia documental (1840). Cadernos Pagu, n.8/9, 1997, PP.407-411

_____, José Maia, LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. Uma cidade sob múltiplos olhares: autoridades publicas, senhores e escravos em Belém do Grão-Pará (1871-1888). Revista Caminhos da História UNIMONTES. Montes Claros, v.16, n.22011. ISSN 1517-3771

CAMBI, Franco. A História da Pedagogia. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CARDOSO, Criro & VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOZO, José Carlos da Silva. Reflexões sobre a abordagem macro e micro na história. MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 11(28), 2010 – AGO / DEZ

CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem – a elite política imperial Teatro de sombras – política imperial. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2003. 459 p. ISBN: 978-85-200-0618-4.

_____, José Murilo de. Cidadania: Tipos e Percursos. Revista estudos históricos, 1996 - 18

CASTANHA, André Paulo. PEDAGOGIA DA MORALIDADE: a Ordem Civilizatória Imperial.

CASTRO, César Augusto; LOPES, Kênia Gomes. O Ensino Público No Brasil No Final Do Século XIX.

CASTRO, Michele Corrêa de; RIOS, Valdir Lemos. Escola e Educação em Gramsci. Revista de Iniciação Científica da FFC, v. 7, n. 3, p. 221-228, 2007.

CHALHOUB, Sidney. Visões de Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das letras, 1990

COELHO, Wilma de Nazaré Baía. A cor ausente: um estudo da presença do negro na formação dos professores. 2ª ed. Belo Horizonte-MG: Mazza edições, 2009.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007

DOMINGUES, Petrônio. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição. Topoi, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 118-139.

DOSSE, François. A História. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

ETCHEBÉHÈRE-JÚNIOR, Lincoln; BOTELHO TRUFEM, Sandra Farto. O Ensino Profissionalizante Na Imperial Cidade De São Paulo, Brasil (1823 - 1889). História da Educação, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, v. 14, n. 32, p. 109-141, Set/Dez 2010. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asph>

FERNANDES, Phillippe; SEIXAS, Netília. Comunicação & História: a imprensa de Belém no alvorecer do século XX. Anais do VIII Encontro de História da Mídia, UNICENTRO – Guarapuava/PR., 2011.

FIGUEIREDO, Luciano (org.). A Era da Escravidão. Rio de Janeiro: Sabin, 2009.

FONSECA, Vinícius Marcus. A educação dos negros: Uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

FRAGA, Walter. Pós-Abolição; o dia seguinte. **In:** SCHUWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio (Org.). Dicionário da Escravidão e Liberdade. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018

FRANÇA, Maria do Perpetuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. José Veríssimo (1857-1916) E A Educação Brasileira Republicana: Raízes Da Renovação Escolar Conservadora. Campinas. 2004. Tese de Doutorado.

FURTADO, Alessandra Cristina. Dossiê “A história da educação sob diferentes perspectivas investigativas”. Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS, v.2, n.4, p.03-06, jan/abr. 2012

GARCIA, Sandra Regina de oliveira. O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil. In: Trabalho e Crítica. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: cotidiano e ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____, Carlo. O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GÓIS JR, Edivaldo. Movimento higienista e o processo civilizador: apontamentos metodológicos. Anais do X Simpósio internacional Processo Civilizador. Campinas: UNICAMP, 2007.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro. Sao Paulo: Cortez, 2008.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. Montaillou: povoado occitânico (1294 – 1324). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LOBO, Marcelo Ferreira. Liberdade Tutelada: Ingênuos e órfãos no Pará (1871 -1893). Belém: UFPA, 2015. Dissertação de Mestrado.

MACEDO, Joaquim Teixeira de. Escolas Normaes, Escolas Industriais e Jardins de Infância. Novos Apontamentos de origem alemã para o Estudo das questões relativas à Educação Nacional, colligidos pelo “Dr. Joaquim Teixeira de Macedo” e publicados por ordem de S. Ex^a o Sr. Conselheiro Barão Homem de Mello, Min. e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.

MACIEL GOMES, Elisane. Preparando o futuro. Instituto de Educandos Artífices Paraense (1870-1889). Belém: UFPA. Monografia de graduação, 1998.

MATTOS, Hebe. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. 3^a ed. rev. Campinas-SP: Editora UNICAMP, 2013.

MATTOSO, Kátia de Queirós. Ser escravo no Brasil. 3^a ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

MENDONÇA, Ligia Bahia de. Entre Leões e Caçadores: a micro-história como aporte teórico-metodológico para (na) história da educação brasileira.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. As duas pedagogias: Formas de educação dos escravos; mecanismos de formação de hegemonia e contra-hegemonia. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.28, p.145 –163, dez. 2007 - ISSN: 1676-2584

MURASSE, Celina Midori. A Educação No Processo De Organização E Consolidação Do Império Do Brasil: O Pensamento De Bernardo Pereira De Vasconcellos (1795-1850) E De Zacarias De Góes E Vasconcellos (1815-1877).

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. História da educação, licenciatura em estudos sociais e as “escalas de observação” do historiador. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH São Paulo, julho 2011

NEQUETE, Lenine. Escravos e Magistrados no segundo reinado. Brasília: Ministério da Justiça, 1988.

NUNES, Antonietta de Aguiar. “Educação na Bahia no século XIX: algumas considerações” in: Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia nº 93, jan/dez 1997, pp 165-203.

PAES DE SOLSA, Celita Maria. Traços de compaixão e misericórdia na História do Pará: Instituições para meninos e meninas desvalidas no século XIX e início do século XX. São Paulo: PUC/SP, 2010. Tese de Doutorado.

PALMA FILHO, J. C. Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação – História da Educação – 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP/Santa Clara Editora, 2005, p. 29-47.

PERES, Tirsia Regazzini. Educação Brasileira no império. In: PALMA FILHO, J. C. Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação – História da Educação – 3. ed. São Paulo: PROGRAD/ UNESP/Santa Clara Editora, 2005, p. 29-47.

RIZZINI, Irma. O cidadão polido e o selvagem bruto: A educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de PósGraduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2004.

_____, Irma. A união da educação com a religião nos institutos indígenas do Pará (1883-1913).

_____, Irma. Educação Popular na Amazônia Imperial: crianças índias nos internatos para a formação de artífices. In: Sampaio, Patrícia Melo; Erthal, Regina Carvalho (org).

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

Rastros da Memória: História e trajetória das populações indígenas na Amazônia. Manaus: EDUA, 2006.

SALES, Paula Elizabeth Nogueira; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Educação Profissional E Aprendizagem No Brasil: Trajetórias, Impasses E Perspectivas. Belo Horizonte: PUC/MG

SALLES, Vicente. O negro na formação da sociedade paraense: Textos reunidos. Belém: Paka-Tatu, 2004. Pág – 172

_____, Vicente. O negro no Pará sob regime de escravidão. 3ªed. Belém: IAP, 2005.

SAMPAIO, Patrícia Melo (org.). O fim do silêncio: Presença negra na Amazônia. Belém: Editora Açai; CNPQ, 2011.

SARGES, Maria de Nazaré. Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (198701912). Belém: Paka-Tatu, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____, Lilia Moritz.. “Raça como negociação. Sobre teorias raciais em finais do século XIX no Brasil”. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). Brasil Afro-brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 11-40

SILVA, Cristina Nogueira da. Conceitos oitocentistas de cidadania: liberalismo e igualdade. *Análise Social*, vol. XLIV (192), 2009, 533-563

SLENES, Robert W. Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. 2ª ed. Corrig. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2011.

STONE, Laurence. Prosopography. **In:** *Daedalus: journal of American Academy of Arts and Sciences*, vol. 100, nº 1, 1971

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____*Edward Palmer. A Formação da Classe Operaria Inglesa*. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 V.

TULLIO, Guaraciaba Aparecida. José Veríssimo: A defesa da educação nacional.

VAINFAS, Ronaldo. *Micro-história: Protagonistas anônimos da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019